

## Apresentação do Programa

O Programa Operacional Inclusão Social e Emprego (PO ISE) visa, em concertação com a Estratégia Europa 2020, e a par da execução das políticas públicas, contribuir para um crescimento inteligente, sustentável e inclusivo e para a coesão económica, social e territorial, através da promoção de uma economia baseada em elevadas taxas de emprego, na melhoria das qualificações e na luta contra a pobreza e a exclusão social.

## Objetivos

Em estreita articulação e complementaridade com os restantes programas operacionais temáticos e regionais, o PO prossegue os seguintes objetivos temáticos:

- ✓ OT 8 - Promover a sustentabilidade e a qualidade do emprego e apoiar a mobilidade dos trabalhadores;
- ✓ OT 9 - Promover a inclusão social e combater a pobreza e a discriminação.

No âmbito da Estratégia Europa 2020, Portugal assumiu como meta nacional alcançar, até 2020, uma taxa de emprego de 75% entre a população dos 20 aos 64 anos, o que implica um crescimento de cerca de 9,4 p.p, uma vez que em 2013 aquela taxa se situava nos 65,6%.

Já no domínio do combate à pobreza, Portugal assumiu como meta nacional a redução de, pelo menos, 200 mil pessoas em situação de risco até 2020.

## Eixos prioritários

Dada a diversidade de problemáticas sobre as quais se propõe atuar, o PO ISE estrutura-se em quatro grandes eixos prioritários, que agregam um conjunto de prioridades de investimento, as quais visam enquadrar a prossecução dos respetivos objetivos específicos, e que se traduzem num conjunto de 69 tipologias de operações.

O **Eixo 1 - Promover a sustentabilidade e a qualidade do emprego** visa integrar, de forma sustentada, desempregados e inativos no mercado de trabalho; aumentar a qualidade do emprego; melhorar a empregabilidade da população ativa; modernizar as instituições do mercado de trabalho; e melhorar a capacitação institucional dos Parceiros Sociais.

O **Eixo 2 - Iniciativa Emprego Jovem (IEJ)** tem como objetivo aumentar a qualificação e integração sustentada no mercado de trabalho dos jovens que não estão em situação de emprego, ensino ou formação (jovens NEET), nomeadamente através do desenvolvimento de competências profissionais.

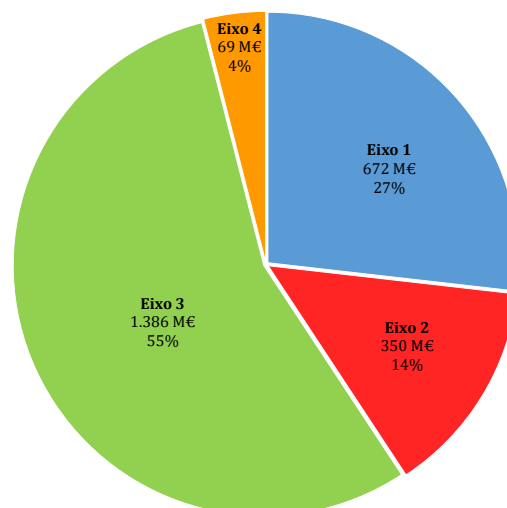
O **Eixo 3 - Promover a inclusão social e combater a pobreza e a discriminação** visa promover o desenvolvimento das competências de grupos potencialmente mais vulneráveis; reforçar a coesão social e a intervenção social com base na relevância e promoção do voluntariado; promover a igualdade de oportunidades e de género, a inclusão de comunidades marginalizadas e o combate às discriminações; alargar a oferta de serviços sociais e de saúde; e promover o empreendedorismo e a inovação social.

O **Eixo 4 - Assistência Técnica** tem como objetivo garantir o necessário apoio à gestão, acompanhamento, avaliação e comunicação do Programa.

## Dotação financeira

O PO ISE mobiliza uma dotação total de 2.477.723.423 €: 1.808.636.396 € de Fundo Social Europeu (FSE), 321.544.338 € de dotação específica atribuída a Portugal no contexto da IEJ e 347.542.689 € de contrapartida pública nacional.

A dotação pública total tem a seguinte distribuição por eixo (em milhões de euros - M€):



## Implantação Territorial

Os apoios a conceder no âmbito das 52 tipologias de operações previstas nos Eixos 1 e 3 do PO ISE são exclusivamente dirigidos às regiões de Portugal continental menos desenvolvidas da NUT II - Norte, Centro e Alentejo.

Por seu turno, nas 16 tipologias de operações do Eixo 2, que vigorarão durante o período de elegibilidade da IEJ, a intervenção do PO ISE é alargada a todas as categorias de regiões do território português (cinco regiões de Portugal continental e duas Regiões Autónomas), atenta a elevada taxa de desemprego jovem registada (igual ou superior a 25%).

## Síntese da execução global

O PO ISE foi aprovado pela Comissão Europeia (CE) em 2014/12/09 e a Autoridade de Gestão (AG) foi criada através da Resolução de Conselho de Ministros n.º 73-B/2014, de 16 de dezembro. A regulamentação específica do domínio da inclusão social e emprego foi adotada através da Portaria n.º 97-A/2015, de 30 de março.

O ano 2015 foi fortemente marcado pelos processos relativos à produção da regulamentação específica, definição e aprovação dos critérios de seleção e à elaboração da Descrição de Sistemas de Gestão e Controlo do Programa. Este último processo revelou-se extremamente complexo e moroso, tendo-se prolongado por vários meses e culminado com a designação da AG em 2015/10/22.

Foram abertos 31 concursos, tendo sido aprovadas 193 operações nos Eixos 2 e 3, que totalizam 322 M€ de despesa pública total (DPT) e 274 M€ de FSE. No final do ano 2015 encontravam-se em execução 12 operações no âmbito do Eixo 2, tendo sido aprovado um montante de despesa que ascende a 166 M€.

Em concreto, no **Eixo 1** foram lançados 4 concursos nas seguintes tipologias de operações: Estágios para adultos; Apoios à contratação para adultos; Vida Ativa para desempregados; e Reforço da capacitação institucional dos Parceiros Sociais com assento na CPCS. A dotação financeira indicativa foi de 101 M€/DPT (15% da dotação do eixo), destinada ao financiamento de 424.650 participantes desempregados: 1.650 em estágios profissionais, 9.000 em apoios à contratação e 414.000 em formação.

Foram submetidas a financiamento, ao abrigo destes concursos, 43 candidaturas, envolvendo um montante de 152 M€/DPT, as quais se encontravam em processo de análise em 31/12/2015.

No **Eixo 2** foram lançados concursos para apresentação de candidaturas nas 16 tipologias de operações que o constituem, mobilizando a totalidade da dotação financeira afeta à IEJ (350 M€/DPT), com o objetivo de responder às necessidades de financiamento público geradas pela implementação da iniciativa no terreno e garantir a elegibilidade das despesas a partir de 01/09/2013, conforme previsto na legislação nacional.

Foram submetidas a financiamento, ao abrigo destes concursos, 386 candidaturas, envolvendo um montante de 671 M€/DPT, encontrando-se aprovadas, em 31/12/2015, 12 candidaturas: 7 relativas a estágios profissionais e 5 a apoios à contratação. As restantes candidaturas encontram-se em processo de análise, circunstância que fica a dever-se, em grande parte, ao facto de 9 dos 16 concursos terem encerrado precisamente em 31/12/2015.

As 12 operações aprovadas envolvem um montante de 255 M€/DPT (201 M€ para estágios profissionais e 54 M€ para apoios à contratação), apresentando uma execução financeira aprovada de 166 M€/DPT (128 M€ para estágios profissionais e 38 M€ para apoios à contratação). No seu conjunto, a execução alcançada representa 65% do custo total aprovado.

No **Eixo 3** foram lançados 10 concursos nas seguintes tipologias: Apoios ao emprego de pessoas com deficiência e ou incapacidade; Vida ativa para DLD; Contratos locais de desenvolvimento social (CLDS); Ações de sensibilização e campanhas; Formação de públicos estratégicos; Apoio financeiro e técnico às organizações da sociedade civil sem fins lucrativos; Instrumentos específicos de proteção das vítimas e de acompanhamento de agressores; Rede local de intervenção social (RLIS); e Capacitação institucional dos parceiros da economia social membros do CNES. A dotação financeira indicativa foi de 144 M€/DPT (10% da dotação do eixo).

Foram submetidas 490 candidaturas, envolvendo um montante de 311 M€/DPT, as quais se enquadram em 5 tipologias de operações: Vida ativa para DLD; CLDS; Instrumentos específicos de proteção das vítimas e de acompanhamento de agressores; RLIS; e Capacitação institucional dos parceiros da economia social membros do CNES.

Foram aprovadas 181 candidaturas inseridas nas tipologias de operações dos CLDS e RLIS, envolvendo um montante de 67 M€/DPT (51 M€ nos CLDS e 16 M€ na RLIS), as quais não detinham, a 31/12/2015, execução financeira declarada.

Por último, no **Eixo 4**, constituído por uma única tipologia de operações, foi lançado um concurso com uma dotação financeira indicativa correspondente à dotação total (69 M€/DPT).

Foi submetida uma única candidatura, titulada pela Secretaria Geral do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, entidade que assegura o apoio logístico e administrativo à AG. Esta candidatura envolve um montante de 6 M€/DPT e visa financiar as despesas associadas ao funcionamento da AG, encontrando-se em processo de análise em 31/12/2015.

## Resultados alcançados

Nas 12 operações aprovadas no **Eixo 2**, contabilizaram-se 26.974 participantes NEET em estágios profissionais (63% da meta fixada para 2018) e 13.814 em apoios ao emprego (42% da meta fixada para 2018).

Destaca-se que cerca de 45% dos participantes têm idade igual ou superior a 25 anos, o que demonstra que a opção do Estado Membro de estender a IEJ até aos 29 anos, inclusive, foi estrategicamente relevante, face à complexidade dos trajetos de transição entre a educação e o trabalho e a vida adulta.

De salientar que, dos 40.788 participantes desempregados, 15.880 terminaram a sua participação (39%), tendo chegado ao fim da intervenção apoiada pela IEJ 13.215 (83%). Em termos de resultados imediatos, observa-se que 20% desses participantes prosseguiram estudos ou ações de formação ou obtiveram emprego, nas 4 semanas subsequentes ao término da sua participação. Mediante uma análise dos resultados de longo prazo, conclui-se que, 6 meses depois de concluída a respetiva participação, 82% dos desempregados conseguiram emprego, o que reforça o contributo destas tipologias para a empregabilidade.

2

## Constrangimentos e medidas adotadas

O arranque do PO ISE foi afetado por diversos constrangimentos, os quais foram superados pelas medidas que abaixo se resumiam:

- ✓ Insuficiência de recursos humanos, atenta a complexidade e diversidade do PO ISE, tendo sido desencadeados os procedimentos legalmente previstos para respetivo recrutamento de acordo com as regras da administração pública;
- ✓ Complexidade do processo de designação da AG, designadamente em matéria de estratégia antifraude, de gestão de risco e de monitorização estratégica, a qual foi concretizada com sucesso em outubro de 2015, com a colaboração da Agência para o Desenvolvimento e Coesão, I.P. e da Autoridade de Auditoria;
- ✓ A orientação para os resultados que impõe a definição de procedimentos em termos de recolha e reporte de informação estando a ser desenvolvidos pela AG instrumentos de apoio para auxiliar a garantir a correta recolha e reporte;
- ✓ Dificuldades na implementação do SI PT2020, derivado sobretudo dos exigentes desafios do novo período de programação e da diversidade das operações financiadas, as quais têm sido ultrapassadas com a articulação com a Agência para o Desenvolvimento e Coesão, I.P..